
***Associação de
Assistência à Criança
Deficiente - AACD***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros
Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-8 "S" SP

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**
Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
			(Reapresentado) (Nota 2.2)				(Reapresentado) (Nota 2.2)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.141	2.908	Fornecedores		12.377	9.082
Caixa e equivalentes de caixa vinculados	4	12.757	15.007	Salários e contribuições sociais	10	13.304	13.491
Títulos e valores mobiliários	5	54.816	17.122	Adiantamento de clientes		1.614	1.132
Contas a receber	6	34.669	34.250	Subvenções	2.13 (a)	18.568	17.326
Estoques	7	8.512	8.448	Parcelamento de impostos	11	310	76
Adiantamentos diversos		1.446	1.568	Outras contas a pagar		182	195
Outras contas a receber		366	12				
		114.707	79.315			46.355	41.302
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo							
Títulos e valores mobiliários vinculados	5	42.462	33.570	Subvenções	2.13 (a)	42.462	33.570
Depósitos Judiciais		1.496	1.194	Investimentos subsidiados	2.13 (b)	1.576	8.479
Outros créditos a receber		546	425	Parcelamento de impostos	11	1.446	1.181
		44.504	35.189	Provisão para riscos e processos judiciais	12	5.956	3.973
						51.440	47.203
Imobilizado	8	73.146	79.926	Total do passivo		97.795	88.505
Intangível	9	2.802	3.187	Patrimônio líquido	13		
Ações recebidas em doações		123	123	Patrimônio social		109.235	117.809
		76.071	83.236	Superávit (Déficit) acumulado		28.252	(8.574)
				Total do patrimônio líquido		137.487	109.235
Total do ativo		235.282	197.740	Total do passivo e patrimônio líquido		235.282	197.740

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2016	2015 (Reapresentado) (Nota 2.2)
Receitas operacionais			
Receitas com atividades hospitalares			
Convênios		115.458	102.458
Particular		1.759	2.448
SUS		2.371	1.796
Subvenção, convênios e termos	15		180
(-) Dedução da receita		(5.519)	(5.105)
		<u>114.069</u>	<u>101.777</u>
Receitas com atividades ambulatoriais			
Convênios		12.384	8.120
Particular		3.905	3.571
SUS		39.760	33.535
Subvenção, convênios e termos	15	6.062	8.305
(-) Dedução da receita		(2.028)	(3.160)
		<u>60.083</u>	<u>50.371</u>
Receitas institucionais			
Subvenção, convênios e termos	15	1.370	375
Investimentos subsidiados	16	7.635	546
Receitas com doações	14	77.874	65.292
Receitas financeiras	18	5.551	4.002
Outras	17	11.581	11.463
Gratuidades	22	74.818	85.771
Voluntariado	19	2.509	2.487
(-) Dedução da receita		(128)	(27)
		<u>181.210</u>	<u>169.909</u>
Total das receitas		<u>355.362</u>	<u>322.057</u>

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

(continuação)

	Nota	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.2)
Despesas operacionais			
Despesas com atividades hospitalares			
Despesas com pessoal		(22.723)	(25.282)
Despesas com material		(39.617)	(37.548)
Despesas com prestação de serviços		(15.045)	(17.849)
Despesas administrativas e gerais		(2.254)	(2.343)
		(79.639)	(83.022)
Despesas com atividades ambulatoriais			
Despesas com pessoal		(52.299)	(57.078)
Despesas com material		(20.426)	(18.956)
Despesas com prestação de serviços		(4.618)	(5.269)
Despesas administrativas e gerais		(5.731)	(5.438)
		(83.074)	(86.741)
Despesas com atividades institucionais			
Despesas com pessoal		(32.661)	(28.554)
Despesas com material		(4.000)	(3.867)
Despesas com prestação de serviços		(18.404)	(16.791)
Despesas com doação		(8.794)	(7.355)
Despesas administrativas e gerais		(8.054)	(7.526)
Despesas financeiras e bancárias		(2.164)	(1.511)
Gratuidades concedidas	22	(74.818)	(85.771)
Voluntariado	19	(2.509)	(2.487)
Perda no imobilizado		(3.870)	(194)
Outras		(9.123)	(6.812)
		(164.397)	(160.868)
Total das despesas		(327.110)	(330.631)
Superávit (Déficit) do exercício		28.252	(8.574)

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2015 (Originalmente apresentado)		133.231	(14.071)	119.160
Ajuste de exercícios anteriores	2.2	(1.351)		(1.351)
Em 1º de janeiro de 2015 (Reapresentado)		131.880	(14.071)	117.809
Incorporação do déficit ao patrimônio social	13	(14.071)	14.071	-
Déficit do exercício			(8.574)	(8.574)
Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)		117.809	(8.574)	109.235
Incorporação do déficit ao patrimônio social	13	(8.574)	8.574	
Superávit do exercício			28.252	28.252
Em 31 de dezembro de 2016		<u>109.235</u>	<u>28.252</u>	<u>137.487</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.2)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit (Déficit) do exercício		28.252	(8.574)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		7.684	7.071
Constituição (reversão) de provisão para riscos e processos judiciais		1.983	2.245
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa		3.307	640
Baixas de ativo imobilizado e intangível		4.593	1.296
Outros ajustes		3	33
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(3.726)	7.666
Estoques		(64)	(428)
Outros ativos		(353)	(402)
Depósitos judiciais		(302)	(368)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		3.295	(1.907)
Salários e contribuições sociais		(187)	(1.440)
Adiantamento de clientes		482	(1)
Subvenções para custeio		1.242	(16.080)
Subvenções para investimento		(6.903)	(546)
Parcelamento de impostos		499	591
Outras contas a pagar		(13)	789
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		<u>39.792</u>	<u>(9.415)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários		(37.694)	(3.394)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível		(5.115)	(2.083)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(42.809)</u>	<u>(5.477)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.017)</u>	<u>(14.892)</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	17.915	32.807
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>14.898</u>	<u>17.915</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.017)</u>	<u>(14.892)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações; venda de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952, o Decreto Federal nº 1.325, de 30 de agosto de 1962, e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)".

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Reapresentação das cifras comparativas

De acordo com o CPC 23 (R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, reapresentação retrospectiva é a correção do reconhecimento, da mensuração e da divulgação de valores de elementos das demonstrações financeiras, como se um erro de exercícios anteriores nunca tivesse ocorrido. Essa mesma norma também prevê a aplicação de ajustes retrospectivos decorrentes de mudança de política contábil no exercício corrente, como se essa nova política contábil já estivesse sendo utilizada nos exercícios anteriores.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reclassificação de contas e saldos

Visando melhor organização, metodologias e readequação das suas políticas internas, a Associação elaborou um novo plano de contas, resultando na necessidade de reapresentar alguns saldos de contas do exercício anterior, para fins de melhor comparação com as demonstrações financeiras de 2016, conforme apresentado no item (c).

(b) Correção de erros

Em 2016, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados substancialmente à baixa de valores que estavam alocados em conta de imobilizado em andamento referentes à unidade de Vitória, que foi descontinuada; sendo que os valores alocados foram considerados perdas para a Associação e reconhecidos como diminuição de patrimônio líquido (ajuste de exercícios anteriores).

(c) Efeitos da reapresentação

Os efeitos da reapresentação são demonstrados pelas peças financeiras a seguir:

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2015

Ativo

	2015	2015
	Reapresentado	Original
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de Caixa (a)	2.908	10.041
Caixa e equivalentes de Caixa vinculados (a)	15.007	7.874
Não Circulante		
Imobilizado (b)	79.926	81.277
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Salários e contribuições sociais (c)	13.491	12.261
Outras contas a pagar (c)	195	1.425
Não Circulante		
Subvenções (d)	33.570	42.049
Investimentos subsidiados (d)	8.479	-
Patrimônio líquido		
Patrimônio social (e)	117.809	119.160

- (a) Alteração da nomenclatura de "Caixa e equivalentes de caixa - recursos com restrição" para "Caixa e equivalentes de vinculados, bem como a reclassificação de saldos entre estas contas.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Alteração da nomenclatura de "Imobilizado - bens sem restrição" para "Imobilizado" e baixa de obras em andamento descontinuadas em exercícios anteriores.
- (c) Valor de R\$ 1.231 foi reclassificado, saindo da linha "Outras contas a pagar" para compor salários e contribuições sociais devido à sua origem pertencer a este grupo.
- (d) Reclassificação do valor divulgado em "Subvenções", para a conta "Investimentos subsidiados", para segregar os valores que estão sendo divulgados na sua justa proporção.
- (e) Refere-se a contrapartida dos ajustes efetuados no Imobilizado.

Demonstração do Resultado do exercício de 2015

	2015	2015
	Reapresentado	Original
Receitas operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	102.458	102.374
Particular (g)	2.448	4.590
SUS	1.796	1.796
Subvenção, convênios e termos (a)	180	
(-) Dedução da receita (b)	(5.105)	
Glosas (b)		(3.114)
Cancelamentos (b)		(2.017)
	<hr/>	<hr/>
	101.777	103.629
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios (h)	8.120	5.504
Particular	3.571	3.540
SUS	33.535	33.535
Subvenção, convênios e termos (a)	8.305	
Outras		954
(-) Dedução da receita (b)	(3.160)	
Glosas (b)		(40)
Cancelamentos (b)		(3.094)
	<hr/>	<hr/>
	50.371	40.399
Receitas institucionais (c)		
Investimentos subsidiados (e)	546	
Subvenção, convênios e termos (a)	375	
Receitas auxílios, subvenções e convênios públicos (d)		9.423
Receitas com doações (e)	65.292	
Receitas com atividades institucionais e outras (d)		70.206
Receitas financeiras	4.002	4.002
Outras (h)	11.463	6.176
Gratuidades	85.771	85.771
Voluntariado	2.487	2.487
Devoluções (b)		(36)
(-) Dedução da receita bruta institucional (b)	(27)	
	<hr/>	<hr/>

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	169.909	178.029
Total das receitas	<u>322.057</u>	<u>322.057</u>
Despesas operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesa com serviços prestados (e)	(17.849)	
Despesa com pessoal	(25.282)	(25.934)
Despesa com material (g)	(37.548)	(37.658)
Despesa administrativas e gerais (h)	(2.343)	(40.193)
Despesas financeiras e bancárias (h)		(114)
	<u>(83.022)</u>	<u>(103.899)</u>
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesa com serviços prestados (e)	(5.269)	
Despesa com pessoal (h)	(57.078)	(50.497)
Despesa com material (h)	(18.956)	(2.238)
Despesa administrativas e gerais (h)	(5.438)	(32.969)
Despesas financeiras e bancárias (h)		(156)
	<u>(86.741)</u>	<u>(85.860)</u>
Despesas com atividades institucionais		
Despesa com serviços prestados (e)	(16.791)	
Despesa com pessoal (e)	(28.554)	(40.587)
Despesa com material (e)	(3.867)	(10.141)
Despesa com doação (e)	(7.355)	
Despesa administrativas e gerais	(7.526)	(450)
Gratuidades concedidas (f)	(85.771)	
Voluntariado (f)	(2.487)	
Ganho ou perda no imobilizado (f)	(194)	
Despesas financeiras e bancárias	(1.511)	(1.242)
Outras (e)	(6.812)	
	<u>(160.868)</u>	<u>(52.420)</u>
Outras Despesas		
Gratuidades concedidas (f)	-	(85.771)
Voluntariado (f)	-	(2.487)
Ganho ou perda no imobilizado (f)	-	(194)
	<u>-</u>	<u>(88.452)</u>
Total das despesas	<u>(330.631)</u>	<u>(330.631)</u>
Déficit do exercício	<u>(8.574)</u>	<u>(8.574)</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) Abertura de linha para apresentação da conta que estava alocada inicialmente no grupo de atividades institucionais, na conta "Receita auxílios, subvenções e convênios públicos", dando origem a novas nomenclaturas.
- (b) Unificação de contas de glosas aceitas/cancelamentos/devoluções para a conta dedução da receita, conforme seu grupo de alocação.
- (c) Alteração do nome do grupo de "Receitas de doações" para "Receitas institucionais".
- (d) Extinção da conta "Receita com atividades institucionais e outras", com reclassificação originando novas nomenclaturas.
- (e) Reclassificação para nova estrutura com abertura de novos títulos para melhoria na apresentação da demonstração do resultado.
- (f) Reclassificação com remanejamento do grupo de "outras despesas" que está sendo adequado conforme apresentação da receita ficando alocado no grupo de atividades institucionais.
- (g) Ações demonstradas com variações referem-se a valores de centro médico que estão sendo reclassificadas para o grupo.
- (h) Variações de readequação representam os valores de custos indiretos que estão sendo absorvidos para o grupo institucional.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, na categoria "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit/déficit)", e registrados ao custo de aquisição, atualizado pela taxa contratada e ajustado ao seu valor de mercado em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

2.6 Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit/déficit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit/déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.

2.7 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da AACD, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando há indício de que a AACD não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é até um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.8 Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, e, quando aplicável, é constituída provisão sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

2.9 Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Intangível

Está representado por licenças de uso de *softwares* e sistemas de gestão de *softwares* adquiridos, que são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo de *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

2.11 Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.13 Subvenções governamentais

(a) Subvenções para custeio

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço.

(b) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de propriedade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da saída de caixa com aquisição do equipamento o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termo", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Provisões para riscos e processos judiciais

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 12. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.15 Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.16 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.17 Apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração e Fiscal e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

2.18 Apuração das Gratuidades

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS. O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, não exime a AACD de atendê-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, bem como na Nota 22, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit (déficit) do exercício.

3 Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6);
- (b) vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9); e
- (c) provisão para riscos e processos judiciais (Nota 12).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Recursos sem restrição		
Caixa e bancos	<u>2.141</u>	<u>2.908</u>
	<u>2.141</u>	<u>2.908</u>
Recursos vinculados (a)		
Poupança	8.433	7.133
Compromissada/Fundo de Renda Fixa (11,35% a.a. em 2016)	<u>4.324</u>	<u>7.874</u>
	<u>12.757</u>	<u>15.007</u>
Total	<u>14.898</u>	<u>17.915</u>

- (a) Vinculados a subvenções para a aquisição de bens, construção e custeio de projetos captados. A AACD, em 2016, obteve a liberação de 12 novos projetos, sendo 02 projetos do Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde, e 10 projetos de emendas parlamentares.

5 Títulos e valores mobiliários

	Rendimento médio - %	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos sem restrição – circulante			
Operações compromissadas – CDBs (a)	100,6 do CDI	52.365	13.749
Fundo de renda fixa	7,61 a.a.	<u>2.451</u>	<u>3.373</u>
		<u>54.816</u>	<u>17.122</u>
Recursos vinculados – não circulante			
Fundo de renda fixa (b)	11,33 a.a.	<u>42.462</u>	<u>33.570</u>
Total		<u>97.278</u>	<u>50.692</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, Itaú e Votorantim, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB.
- (b) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.13 (a)), sendo que o primeiro iniciou-se em dezembro de 2015. Os projetos que estão em execução desde então receberam sua alocação no ativo circulante e os demais, que totalizam R\$ 42.462, foram classificados em rubrica de realizável a longo prazo. Compreendem substancialmente Fundos de renda fixa do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

6 Contas a receber

- (a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Convênios e planos de saúde	28.256	26.704
Sistema Único de Saúde (SUS)	9.493	7.249
Consumidor final	1.867	1.661
Outros	<u>865</u>	<u>1.141</u>
	<u>40.481</u>	<u>36.755</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.812)</u>	<u>(2.505)</u>
	<u>34.669</u>	<u>34.250</u>

- (b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	28.250	24.953
Vencidas		
Até 30 dias	2.912	3.463
De 31 a 60 dias	1.856	1.586
De 61 a 90 dias	1.127	1.548
De 91 a 180 dias	1.617	2.642
Acima de 180 dias	<u>4.719</u>	<u>2.563</u>
	<u>40.481</u>	<u>36.755</u>

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Estoques

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Materiais para produção de Órtese, Prótese e Materiais Especiais	2.378	2.644
Materiais e medicamentos	2.081	1.976
Estoque de produtos acabados	1.682	2.313
Nosso estoque em poder de terceiros	1.330	653
Materiais gerais (a)	<u>1.041</u>	<u>862</u>
	<u>8.512</u>	<u>8.448</u>

(a) No grupo de materiais gerais estão alocados: materiais de consumo, materiais de escritório, formulários e materiais para manutenção.

8 Imobilizado

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Custo		
Terrenos	7.887	7.887
Edifícios	63.984	58.847
Instalações	6.458	6.155
Móveis e utensílios	11.077	9.683
Equipamentos de informática	8.502	7.691
Veículos	790	751
Máquinas e equipamentos	31.851	30.079
Imobilizado em andamento (a)	<u>3.011</u>	<u>14.036</u>
	<u>133.560</u>	<u>135.129</u>
Depreciações e amortizações acumuladas	<u>(60.414)</u>	<u>(55.203)</u>
	<u>73.146</u>	<u>79.926</u>

(a) O grupo de Imobilizado em andamento está substancialmente representado por reformas na unidade Ibirapuera (sistema de ar condicionado, sistema de drenagem de águas pluviais, Centro Médico e Centro de Terapia), aquisição de equipamentos e implantação de software de gestão.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	<u>2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2016</u>
	Reapresentado				
	(Nota 2.2)				
Custo					
Terrenos	7.887				7.887
Edifícios (a)	58.847	14	(4.414)	9.537	63.984
Instalações	6.155	26	(38)	315	6.458
Móveis e utensílios	9.683	483	(420)	1.331	11.077
Equipamentos de informática	7.691	149	(354)	924	8.410
Veículos	751	121	(82)	-	790
Máquinas e equipamentos	30.079	2.195	(328)	(3)	31.943
Imobilizado em andamento	<u>14.036</u>	<u>2.088</u>	<u>(497)</u>	<u>(12.616)</u>	<u>3.011</u>
	<u>135.129</u>	<u>5.076</u>	<u>(6.133)</u>	<u>(512)</u>	<u>133.560</u>
Depreciações acumuladas	<u>(55.203)</u>	<u>(6.785)</u>	<u>1.567</u>	<u>7</u>	<u>(60.414)</u>
	<u>79.926</u>	<u>(1.709)</u>	<u>(4.566)</u>	<u>(505)</u>	<u>73.146</u>

(a) Os valores de baixas estão substancialmente representados pela desativação das unidades de São Paulo, “Zona Norte” e “Zona Sul”, e unidade de “Vitória- ES”, que não chegou a operacionalizar.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2.011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m² e foi avaliado em R\$ 77.820 (não auditado). A AACD está à espera da regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

9 Intangível

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo		
Softwares - sistema de gestão	<u>7.797</u>	<u>7.300</u>
Amortizações acumuladas	<u>(4.995)</u>	<u>(4.113)</u>
	<u>2.802</u>	<u>3.187</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está assim representada:

	<u>2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2016</u>
Softwares	7.300	39	(44)	502	7.797
Amortizações acumuladas	(4.113)	(899)	17		(4.995)
	<u>3.187</u>	<u>(860)</u>	<u>(27)</u>	<u>502</u>	<u>2.802</u>

10 Salários e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Provisão para férias	9.502	9.659
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.117	1.035
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	805	821
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	542	498
Outros	<u>1.338</u>	<u>1.478</u>
	<u>13.304</u>	<u>13.491</u>

11 Parcelamento de impostos

Refere-se, principalmente, aos parcelamentos da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Previdência Social, realizados pelo Lar Escola São Francisco ("LESF"), que no momento da sua incorporação passou a fazer parte integrante da composição patrimonial da AACD.

O LESF formalizou a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) na Prefeitura do Município de São Paulo do processo de nº 1.832.329-4, a ser pago em 120 meses. Restam 46 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 557.

A AACD formalizou a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) na Prefeitura do Município de São Paulo, através do Processo de nº 2764756-0, a ser pago em 120 meses. Restam 107 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 930.

A AACD formalizou a adesão ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários (PAT), na Prefeitura do Município de São Paulo, através do Processo de nº 2780084-9, a ser pago em 60 meses. Restam 53 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 269.

12 Provisão para riscos e processos judiciais

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo à administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e a análise das demandas judiciais pendentes. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados, considerados suficientes pela administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento, são apresentados como segue:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhistas	5.249	3.194
Cíveis	<u>707</u>	<u>779</u>
	<u>5.956</u>	<u>3.973</u>

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	<u>Natureza dos riscos</u>		
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.164	564	1.728
Adições	2.647	216	2.863
Reversões e Baixas	<u>(617)</u>	<u>(1)</u>	<u>(618)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.194	779	3.973
Adições	8.970	844	9.814
Reversões e Baixas	<u>(6.915)</u>	<u>(916)</u>	<u>(7.831)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>5.249</u>	<u>707</u>	<u>5.956</u>

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 15.750 (2015 - R\$ 19.994), sendo que este valor substancialmente está representado pelo processo de natureza tributária nº19515-721.097/2014-20 por um valor envolvido de R\$ 12.103, referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

O julgamento do STF proferido em 23 de fevereiro de 2017 como procedente da ADIN nº 2028, declarou inconstitucional as alterações na Lei nº 8.812/91 promovidas pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195 parágrafo 7º da Constituição Federal deve ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Patrimônio líquido

Superávit (déficit) acumulado

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit (déficit) do exercício é integralmente incorporado ao (absorvido por) patrimônio social.

14 Receitas institucionais - com doações

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Teleton (a)	27.489	28.367
Donativos em dinheiro	2.059	1.940
Mantenedores	16.315	13.078
Donativos em materiais	8.720	8.138
Produtos financeiros (b)	4.057	4.842
Doações espontâneas (c)	12.150	1.721
Outras receitas de captação (d)	<u>7.084</u>	<u>7.206</u>
	<u>77.874</u>	<u>65.292</u>

(a) As receitas são provenientes da campanha anual que visa à obtenção de recursos destinados à construção, ampliação e manutenção de centros de atendimento aos deficientes físicos no território nacional e é reconhecida no resultado de acordo com a efetivação das doações.

(b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.

(c) As doações em 2016 estão substancialmente representadas pelo Processo nº 1113602-55.2014.8.26.0100 relativo ao inventário e partilha de Virginia Ippolito.

(d) Captação através da: nota fiscal paulista, nota fiscal gaúcha, corrente do bem e empresas parceiras.

15 Receitas de subvenção, convênios e termos

Atividades hospitalares	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Subvenções para custeio (c)	-	<u>180</u>
	<u>-</u>	<u>180</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atividades ambulatoriais	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.2)
Fundo Pró-infância da Prefeitura do Município de São Paulo (a)	965	1.043
Subvenções para custeio (c)	4.670	7.279
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) – Ministério da Saúde (d)	<u>505</u>	<u>-</u>
	6.139	8.322
(-) Dedução da Receita	<u>(78)</u>	<u>(17)</u>
	<u>6.062</u>	<u>8.305</u>
Atividades institucionais	2016	2015 Reapresentado (Nota 2.2)
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	357	375
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (e)	<u>1.017</u>	<u>-</u>
	1.374	375
(-) Dedução da Receita	<u>(4)</u>	<u>-</u>
	<u>1.370</u>	<u>375</u>

(a) Refere-se aos subsídios para tratamento de reabilitação física.

(b) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.

(c) Referem-se substancialmente a verbas recebidas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Uberlândia, Porto Alegre e Mogi das Cruzes.

(d) Refere-se ao Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde, para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de pessoal para as atividades e de apoio as pesquisas, aquisição de equipamentos, manutenção de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais.

(e) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao Programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e pet-terapia (Projeto Genocão); e apoio a programa de pesquisa científica (Programa Terapia Celular).

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) – Ministério da Saúde (a)	2.013	-
Subvenção para investimentos (b)	<u>5.622</u>	<u>546</u>
	<u>7.635</u>	<u>546</u>

- (a) Refere-se ao Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde, para aquisição de equipamentos, e ampliação dos serviços médicos assistenciais.
- (b) Refere-se substancialmente a verbas recebidas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e do Ministério da Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura e emendas parlamentares, sendo que em 2016 o valor de maior representatividade, no montante de R\$ 4.301, refere-se às unidades que tiveram suas operações extintas (filiais “Zona Norte” e “Zona Sul”).

17 Receitas institucionais - outras

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Estacionamento	1.134	1.204
Lanchonete	1.260	1.140
Bazar	8.142	7.895
Demais receitas (a)	<u>1.045</u>	<u>1.224</u>
	<u>11.581</u>	<u>11.463</u>

- (a) Representadas por receitas de locações, cursos e congressos, peças pré fabricadas, reciclagem e fotocópias.

18 Receitas financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendimento de aplicações financeiras	4.369	2.408
Descontos obtidos	<u>1.182</u>	<u>1.594</u>
	<u>5.551</u>	<u>4.002</u>

19 Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2016 e de 2015.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalho voluntário (a)	2.298	2.352
Valoração dos Conselhos (b)	<u>211</u>	<u>135</u>
	<u>2.509</u>	<u>2.487</u>

(a) O valor justo desta valoração foi atribuído considerando R\$ 7,57/hora em janeiro e fevereiro e R\$ 8,96 de março à dezembro de 2016 (2015 - R\$ 7,57/hora), multiplicado pela quantidade de horas correspondente, dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo da Associação, sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.

(b) No trabalho desenvolvido referente ao Conselho de Administração, Consultivo e Fiscal foi tomado como base o valor hora dos superintendentes.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2016 e 2015, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

20 Instrumentos financeiros

(a) Considerações gerais

A AACD participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Certos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a AACD possui (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado e os títulos e valores mobiliários são avaliados ao valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

**Associação de Assistência à
Criança Deficiente - AACD**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gestão do risco de capital e de liquidez

Os objetivos da AACD ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações e continuar investindo na sua atividade-fim, que é a de assistência aos pacientes pela prestação de serviços médicos ambulatoriais.

21 Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios etc.	291.045
Responsabilidade civil	<u>10.730</u>
	<u><u>301.775</u></u>

22 Gratuidades e informações suplementares

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, e em conformidade com os requisitos da Lei nº 12.101/2009, a AACD apresenta o quadro de atendimentos realizados para pacientes SUS e não SUS, bem como, as gratuidades em 2016 e 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
<u>Quantidades de Internações hospitalares - diárias</u>		
SUS	5.721	4.795
Financiamento próprio	524	627
Convênios e particulares	<u>16.066</u>	<u>13.197</u>
	<u><u>22.311</u></u>	<u><u>18.619</u></u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>	<u>2015</u> Reapresentado (Nota 2.2)
Quantidade de Atendimentos ambulatoriais		
SUS	598.729	675.055
Financiamento próprio	14.399	16.268
Convênios e particulares	138.113	61.956
Financiamento com recursos Secretária de Saúde	46.898	35.382
Pronas	12.947	
	<u>811.086</u>	<u>788.661</u>

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada, e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiências, não exige a AACD de atendê-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimento realizados pela Associação.

Desse modo existem atendimentos dispensados a estes pacientes, dentro do tratamento estabelecido, que não são custeados pelo SUS e nem por nenhuma outra fonte financiadora, mas sim com recursos próprios da AACD.

Assim, demonstramos com o quadro abaixo, o valor em gratuidade que a AACD dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2016 e 2015, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Custo de atendimento gratuito

<i>Em milhares de reais</i>	2016			2015		
	<i>Financiamento Próprio</i>	<i>Déficit gerado pelo atendimento ao SUS</i>	<i>Total de Gratuidade</i>	<i>Financiamento Próprio</i>	<i>Déficit gerado pelo atendimento ao SUS</i>	<i>Total de Gratuidade</i>
<i>Local de atendimento</i>						
Hospital	2.741	26.903	29.644	2.435	25.779	28.214
Centro de Reabilitação	1.232	42.259	43.491	3.198	51.797	54.995
Centro de Diagnóstico	289	562	851	66	1.531	1.597
Dispensação de Órteses e Próteses	136	696	832	355	610	965
Total de Gratuidade	4.398	70.420	74.818	6.054	79.717	85.771

23 Imunidade tributária

A Associação é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 16 de outubro de 2007, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) concedeu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) (antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos) à AACD, com validade de 1º de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A AACD protocolou pedido de renovação do certificado, tempestivamente, para os anos 2006, 2007 e 2008, em 27 de outubro de 2009, com base nas regulamentações vigentes, obtendo o Protocolo nº 71010.004042/2009-95. Com o advento da Lei 12.101 de 2009, prestou contas ao Ministério da Saúde, tempestivamente em 28 de junho de 2012, obtendo o protocolo no 25000.1110.865/2012-56.

Em 17 de agosto de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 721, de 14 de agosto de 2015, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde – CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012.

Em 08 de Abril de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 349, de 07 de Abril de 2016, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde – CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

A AACD possui no Ministério da Saúde, pedido de renovação pendente de análise, tempestivamente protocolado pelo SIPAR nº 25000.196674/2015-16, que renovará o CEBAS para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018.

O parágrafo 2º do artigo 24 da Lei 12.101 de 2009, determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

24 Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 está apresentada conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contribuição patronal de INSS	18.241	19.192
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	1.368	2.879
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	<u>5.290</u>	<u>5.565</u>
	<u>24.899</u>	<u>27.636</u>

25 Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

26 Autorização para emissão e divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração e Fiscal e Superintendências em 13 de abril de 2017.

* * *